

SOBRE O SENTIDO DO PASSADO: DEBATES ACERCA DO CONCEITO DE NARRATIVA NA TEORIA DA HISTÓRIA¹

*MAKING SENSE OF PAST:
DEBATS AROUND CONCEPT OF NARRATIVE
ON HISTORICAL THEORY*

Raphael Guilherme de Carvalho²

RESUMO: Esta pesquisa tem o escopo de delinear o debate que girou em torno do conceito de “narrativa” na teoria da história e teoria literária, principalmente a partir dos anos 1970 até os dias atuais. O ponto alto do debate envolve a chamada *linguistic turn* com a discussão da história entre “arte” (estética e retórica) e “ciência” (pesquisa metódica) ou, ainda, sobre verdade e ficção na narrativa histórica. A historiografia pós-moderna radicalizou o ceticismo quanto a cientificidade da história, o que gerou respostas teóricas diferentes. Aqui, privilegia-se a teoria da história alemã, que incorporou o debate e a partir dele produziu avanços significativos na orientação científica da disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa. Teoria da História. Ciência da história.

ABSTRACT: This research aims to the debate around the concept of “narrative” in historical and literary theory since 1970s to today. The main point in this debate is “linguistic turn”, concerning the historical studies to be between science (methodical) and art (aesthetics and rhetoric) or between truth and fiction in historical narrative. Here, emphasis is on German historical theory’s answer and significant advances it has produced in the scientific orientation of the discipline.

KEYWORDS: Narrative, Historical theory, Historical science.

“Sua função é a de arrastar as pessoas para uma travessia, durante a qual elas se desprendem das referências do dia-a-dia, e assim, inseguras, assustadas, confusas, se entregam à sua orientação, vivendo um modo superior, mais elevado de experiência [...]”.

Nicolau Sevcenko³

¹ Esta pesquisa é resultado das discussões de teoria da história, sobre a história entre arte e ciência, orientadas pelo prof. Dr. Renato Lopes Leite na disciplina *Seminário em Cultura e Poder* do PGHIS/UFPR (2011).

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR). Bolsista do CNPq.

³ SEVCENKO, N. No princípio era o ritmo: as origens xamânicas da narrativa. In: RIEDEL, D. C. (Org.) *Narrativa: ficção & história*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1988.

“É permitido, no curso de uma narrativa histórica, formular *aquí e ali* conjecturas com o objetivo de completar lacunas de nossos documentos [...]. Contudo, *apoiar* uma história apenas em conjecturas é, ao que parece, fazer tão só o esboço de um romance”.

Immanuel Kant⁴

Introdução

A partir dos anos 1970, ocorreu acirrado debate em torno do conceito de “narrativa”, envolvendo a teoria da história, a teoria da literatura, o estruturalismo e a linguística, o pós-estruturalismo e a chamada pós-modernidade. Basicamente, foi Hayden White (1928 –) quem o implodiu ao afirmar ser a história uma “ficção verbal” (WHITE, 1994). Desde então, ele e sua proposta tornaram-se um problema para a história.

Mas muito antes, à distância de mais de século e meio, há uma preocupação estética e retórica na apresentação dos trabalhos de historiadores. G. G. Gervinus (1805-1871), em seu *Grundzüge der Historik* (1837), preocupa-se originalmente com o estatuto das narrativas históricas e o problema da escrita da história (GERVINUS, 2010). Ele mesmo um filólogo, de início preocupou-se em produzir uma história da literatura poética nacional alemã (*Geschichte der poetischen Nationalliteratur der Deutschen*, 1835-42), bem como fundamentar, inspirado na *Poética* aristotélica, um projeto de escrita da história das belas-letas (JAUSS, 1994: 10). Ao lado de F. Schlegel (1772-1829), foi um dos precursores da história da literatura alemã. Gervinus, convencido da importância do conhecimento do passado para melhor apreensão da literatura, aos poucos foi se aproximando dos estudos históricos (BENTIVOGLIO, 2010: 7).

A questão da estética da historiografia seria retomada, com semelhante importância e competência, apenas no início dos anos 1970, com Hayden White. Antes disso, contudo, no início do século XX haverá, da parte dos fundadores dos *Annales*, uma rejeição explícita ao que chamaram “história-narrativa” ou “história historizante” (uma reação enfática ao historicismo e à escola metódica, na verdade) em favor de uma “história-problema” (FEBVRE, 1985). Nos anos 1990, na esteira da fenda epistemológica aberta por Hayden White e pela *linguistic turn*, que provocaria abalos

⁴ KANT, I. *Começo conjectural da história humana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010, p. 13.

irrestritos à história, mas estendidos às Ciências Humanas e Sociais, alguns historiadores se referem a um suposto “retorno da narrativa” (STONE, 1991; BURKE, 1992).

Como se observa, a questão “narrativa” trata-se de um amplo debate, em termos temporais – atravessando diversas “escolas”, paradigmas e contextos diferenciados –, e que envolve disciplinas diversas, especialmente entre a Teoria Literária e a Teoria da História. É nessa trincheira que gostaria de me concentrar, pela pertinência e relevância de tais questões para a prática historiográfica contemporânea. Ao defender a ideia de história como “artefato verbal”, Hayden White ataca a historiografia moderna em seu aspecto central e definidor, constitutivo do seu caráter científico, a racionalidade metódica (RÜSEN, 1990: 190).

A posição do autor norte-americano é, para Jörn Rüsen (1938 –) – de quem aqui se segue o raciocínio, em defesa da história como ciência –, sintomática da crítica pós-moderna do pensamento histórico moderno. Basicamente, há duas críticas pós-modernas ao pensamento histórico moderno: a primeira parte da “crise da noção de progresso” para afirmar a incapacidade das “grandes narrativas” de fornecer a autocompreensão das sociedades modernas; a segunda, decorrente da mesma questão, afirmaria a inexistência da própria história como “entidade” – existiriam, apenas, representações do passado, por meio de estratégias retóricas e poéticas do discurso narrativo (RÜSEN, 1989). A pós-modernidade e a pós-história seriam, sinteticamente, a despedida dos historiadores da crença no progresso como capaz de, pela modernização, produzir melhorias, e o deslocamento da atenção dos historiadores do trabalho metódico de pesquisa para as estratégias retóricas e poéticas da apresentação histórica.

O desafio, neste texto, é delinear parte deste debate – restrito às contiguidades entre História e Teoria Literária – tão importante para o redimensionamento epistemológico que se operou desde então na pesquisa histórica. O rigor e a consistência da reflexão teórica alemã, produzida pela Escola de Bielefeld – capitaneada por Reinhart Koselleck e continuada por Jörn Rüsen e outros –, cujo projeto é afirmar a ciência da história (SILVA, 2008: 143), são o guia dessa discussão. Ela extrapola as alternativas entre “história-narrativa” e “história-problema”, e a falsa dicotomia entre “verdade” e “ficção”, ao afirmar um verdadeiro “paradigma narrativista”, que enxerga o ato de narrar como uma “prática cultural de interpretação do tempo”, constante antropologicamente universal (RÜSEN, 2001: 149).

“A ambígua felicidade de também dever ser arte”

Como se disse antes, Gervinus reivindicou, pioneiramente (1837), uma poética para a história. Não entrarei nos termos específicos de sua obra. Apenas é necessário ressaltar dois aspectos pertinentes. Primeiro, afirma ser “a vida atuante o ponto central de toda história” (muito antes de Marc Bloch clamar que o historiador é “filho de seu tempo”) (GERVINUS, 2010: 79). Com isso, aponta para a indissociabilidade, em seu pensamento e em sua prática, da vocação cultural e da vocação política (*Bildung*), e para a preocupação com a historicidade e a consciência histórica. O outro apontamento é sobre a sua crença na progressão da liberdade, relação entre manifestações espirituais e experiências históricas em direção ao processo de formação nacional alçado à condição de universalidade: “[...] a obra histórica não pretende fonecer doutrinas isoladas, mas ensinar o ser humano a compreender o mundo em seu todo, a mover-se nele de forma vigorosa e livre e a deixar ver todas as relações humanas” (GERVINUS, 2010: 75).

Na fundação da ciência histórica moderna, em Gervinus, como em Droysen (1808-1884) e até mesmo em Ranke (1795-1886), concomitante à crítica dos documentos, o historiador deveria compreender a coesão do passado e buscar fios condutores da ação humana e amarrá-los ao sentido da história. Isso confere uma distância acentuada em relação à nossa época, que superou definitivamente o universalismo, e às expectativas que se avizinham da explicação histórica, mas não necessariamente uma ruptura. Na defesa da história como ciência agida por Rüsen, o modelo que se oferece para estudo é a *Historik* (1858), de Johann Gustav Droysen. A concepção historicista da história – sua forma moderna e científica – ainda serve como referência (renovada e transformada pelas experiências e fortes críticas do século XX), sobretudo pelo seu legado metódico e profissional. Ela conseguiu fazer da história uma ciência autônoma, uma especialidade acadêmica, e a protegeu do assédio do positivismo e das ciências sociais (MARTINS, 2002: 7).

Droysen, prosseguindo a *Historik* (teoria da história como campo autônomo de saber), termo cunhado por Gervinus,⁵ no final do século XIX passou a ser referência nos

⁵ *Historik*, a partir de Gervinus e de Droysen, passa a significar “teoria da história”, enquanto a história propriamente dita (o acontecimento histórico e seu relato), por volta de 1750, passou a ser chamada

estudos de teoria da história. Langlois e Seignobos, na França do final do século XIX, seguiriam seus passos na *Introdução aos estudos históricos* (BENTIVOGLIO, 2009: 9). Neste contexto, portanto, aparecem os primeiros tratados – como a *Historik* de Droysen – do que se pode chamar “normativismo histórico”, por contraposição à filosofia da história e às ciências naturais (MARTINS, 2007: 46). Assim, a tarefa da ciência da história (empírica) é definida como “compreensão mediante pesquisa”, enquanto a missão da teoria da história seria “determinar as leis da pesquisa histórica, não as leis da história” (DROYSEN, 2010: 46).

A especificidade do conhecimento histórico é produzida pelo seu caráter compreensivo, determinado pela identidade entre sujeito e objeto. As ciências do espírito são valorativas de fenômenos portadores de valor, preocupam-se com os valores que dirigiram ações. A atualidade de Droysen estaria na função atribuída ao sujeito do conhecimento histórico (SILVA, 2002: 156). A reconstrução do passado é tributária de escolhas, que devem ser assumidas e mencionadas. A hermenêutica é, portanto, o fundamento do método histórico em Droysen. A *Historik* é dividida em duas partes: “Sistemática” e “Metódica”. A primeira parte trata dos fundamentos éticos e humanos da história, da “vida moral” (uma “antropologia histórica” do historicismo). A segunda parte trata do controle de conteúdo do objeto e de sua representação (SILVA, 2002: 155). Ele rivaliza com Ranke, seu contemporâneo e colega na Universidade de Berlim. A metódica, então, deixa de ser vista como apenas pesquisa factual por meio da crítica das fontes, e passa a ser entendida hermeneuticamente, como “interpretação dos fatos, segundo contextos gerais de sentido e significado do agir humano passado” (MARTINS, 2002: 11).

A preocupação metodológica essencial em Droysen não o impediu de refletir acerca da “arte do historiador”, principalmente no escopo de demonstrar as fronteiras entre ciência da história e diletantismo (ASSIS, 2010: 34): “não seria sem interesse investigar o motivo profundo que leva a História a ser a única dentre todas as ciências que tem a ambígua felicidade de também dever ser arte” (DROYSEN, 2010: 41). A objetividade histórica de Ranke é criticada: “não conhecemos objetivamente o passado, mas podemos, por meio das fontes, produzir dele apenas uma visão, uma contraimagem” (DROYSEN, 2010: 42). Também chama atenção para a necessidade de

diversificação de temáticas (as artes, o direito, a moral): “Enquanto se acreditar que “a História” é essencialmente História Política, e que a tarefa do historiador seria [...] narrar tendo como fundamento uma nova concepção e uma nova compilação bastará pegar das fontes o material [...] e elaborá-lo num livro” (DROYSEN, 2010: 44). A observação das disputas de Droysen com Ranke relativiza a impressão de um pensamento único, homogêneo, no historicismo da Escola Histórica Alemã do século XIX.⁶

Falar em Ranke é como pisar em ovos. Há que sussurrar delicadamente, com ar de constrangimento e desculpas prévias, esquivando-se sempre dos ataques violentos. Em geral, o ataque principal é cunhá-lo “positivista” e factual. “Curiosamente”, como diz Sérgio Buarque de Holanda em seu famoso ensaio sobre o barão Leopold von Ranke, que teria afinal raízes no idealismo alemão e não no positivismo de Comte (HOLANDA, 1996: 172). O outro ataque é chamá-lo reacionário, por ser o principal representante de uma escola assentada sobre uma visão burguesa do mundo (MARTINS, 2002: 19). Trata-se de um dos mitos acadêmicos mais poderosos. A função do mito de um Ranke arqui-positivista seria a “construção do avesso de outro mito para, assim, legitimá-lo: o da “revolução” dos *Annales*” (MATA, 2010: 188). Seu nome foi eleito para simbolizar aquilo tudo que a historiografia do século XX e a revolução secundária dos *Annales* entenderam como o que não se deveria fazer ou seguir em história (MATA, 2011: 248). Mas, ironicamente, as críticas pós-estruturalistas e pós-modernas fazem os historiadores voltarem os olhos para a tradição do pensamento histórico moderno. No Brasil, além do texto pioneiro de Sérgio Buarque de Holanda, que prefacia uma coletânea de textos do próprio Ranke (1979), recentemente vieram a público duas coletâneas de textos de historiadores do século XIX que dedicam capítulos e traduzem textos de Ranke (MALERBA, 2010; MARTINS, 2010).

Interessa aqui perceber como em Ranke, embora sua famosa assertiva – que se tornou um dos pontos fundamentais do pensamento histórico moderno – sobre “mostrar

⁶ Para uma conceituação do historicismo, conceito amplo e polissêmico, ver MEINECKE, F. *El historicismo y su genesis*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987; IGGERS, G. *The german concept of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present*. Londres: Wesleyan University Press, 1988; MARTINS, E. R. Historicismo: tese, legado, fragilidade. *História Revista*, 7 (1/2): 1-22, jan./dez., 2002; WEHLING, A. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho; Niterói, Ed. UFF, 1994. Para uma análise das vinculações políticas, ver o competente artigo de BENTIVOGLIO, J. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica prussiana e a *Historische Zeitschrift*. *Revista de Teoria da História*. Ano 1, número 3: 20-58, jun., 2010.

como realmente aconteceu”,⁷ havia também uma preocupação estética. À primeira vista, o objetivismo de Ranke seria radical, sequer caberia ao historiador o trabalho de reconstrução do passado, apenas o esforço de apreensão tal e como acontecido (WEHLING, 1994: 111). Rüsen, contudo, desperta a atenção para a preocupação rankeana com a qualidade estética ao citá-lo: “A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. É ciência ao coletar, achar, investigar. É arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido e ao representá-los. [...] Como ciência, é aparentada da filosofia; como arte, à poesia” (RÜSEN, 2007: 18).⁸ É inegável que Ranke representa acima de tudo um ponto de virada em direção à pesquisa empírica e ao “realismo histórico”. Mas essa preocupação, segundo Rüsen, é tributária em Ranke de seus contatos com o hegelianismo (Hegel e Ranke foram colegas de trabalho na Universidade de Berlim), especialmente a filosofia da arte de Hegel (1770-1831). Rüsen pretende, com isso, tão somente demonstrar que os estudos históricos têm esquecido a qualidade estética da historiografia moderna, mesmo entre os pós-modernos, que redescobriram os procedimentos retóricos da historiografia (RÜSEN, 1990: 204). Está implícita nessa pesquisa de Rüsen sobre estética e retórica em Ranke uma crítica à historiografia pós-moderna: seus questionamentos deveriam conduzir não a um retorno à retórica pré-moderna, nem à maneira de Ranke e seus contemporâneos, mas a uma abordagem profunda e ampla da possibilidade de liberação da razão na historiografia, não apenas como técnica de pesquisa (RÜSEN, 1990).

A supressão da narrativa

No decurso mesmo do século XIX, durante a “febre historicista” ou “o século da história”, as primeiras críticas ao historicismo já irrompiam. A mais conhecida delas é a de Friedrich Nietzsche (1844 - 1900). A crítica de Nietzsche à história oitocentista foi divulgada em *Segunda consideração intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*, de 1874: “o abuso e sua supervalorização provocam a degeneração e o atrofiamento da vida (NIETZSCHE, 2003: 5). Além da

⁷ A expressão, “*wie es eigentlich gewesen*”, data de 1824, no primeiro livro de Ranke, sua “História dos povos latinos e germânicos”, que lhe valeu uma cadeira em Berlim.

⁸ O texto original de Ranke chama-se *Die Idee der Universalhistorie* e data de 1831. Encontra-se traduzido para o português, por Sérgio da Mata (UFOP), com o título “O conceito de história universal”, na coletânea organizada por MARTINS, E.R. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

referência ao próprio tempo, o filósofo deixa claro o alvo da crítica: “a poderosa corrente historicista que, sem nada ignorar, tem se desenvolvido nas duas últimas gerações, sobretudo na Alemanha” (NIETZSCHE, 2003: 5).

Na “Segunda Intempestiva”, a principal crítica de Nietzsche é dirigida ao “excesso de história” cujo efeito colateral é paralisar a vida. O ataque de Nietzsche à história está imbuído de outro, à instrução em geral: “a consequência é a perda da capacidade de espanto, uma postura negligente perante o mundo: ‘não se espantar excessivamente com coisa alguma e estar contente com tudo – é isto que se chama de sentido histórico, de cultura histórica’” (NIETZSCHE, 2003: 62). Por detrás, está a preocupação com o conceito de *Bildung* (formação, cultura) e a redução dela à cultura histórica na modernidade (CALDAS, 2006: 15-17).

É necessário recorrer à informação – embora sem se ater muito a ela – de que Nietzsche foi lido e apropriado de maneira impressionante nos anos 1960 pelos filósofos franceses, sobretudo os da desconstrução, como Michel Foucault (1926-1984) e Jacques Derrida (1930-2004), pela afinidade em ambos os casos de uma crítica “irracionalista” ou “nihilista” à sociedade e à cultura, de modo geral, mas sobretudo no que se refere à modernidade e à razão – e, por extensão, ao progresso e ao sentido histórico –, bem como por uma inovação temática em busca de melhor identificação da alteridade (ROIZ, 2009: 258).

Embora as duras críticas de Nietzsche, partidas de uma visão filosófica, na *praxis* dos historiadores um ponto de virada na questão narrativa se daria com o primado das ciências sociais na passagem do século XIX para o XX.⁹ Rüsen distingue, na historiografia, as vertentes hermenêutica e analítica. Esta é marcada pelo uso das ciências sociais na história, e consequente aparato conceitual específico; a primeira seria o domínio da interpretação, constituída pelos textos e significados como a matéria-prima do historiador (RÜSEN *apud* WEHLING, 2008: 388). Se no século XIX a hermenêutica funcionaria como fundamento do método histórico, como viu-se em Droysen, no início e em boa parte do século XX, a segunda vertente se sobreporá à primeira.

Auguste Comte (1798-1857), Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Karl Marx (1818-1883) foram pioneiros das ciências sociais, mas o desenvolvimento efetivo de uma

⁹ No século XX, Walter Benjamin, Karl Popper e até H-G. Gadamer serão, além dos *Annales*, alguns de seus críticos implacáveis.

perspectiva social sobre o homem deve-se, sobretudo, a Max Weber (1864-1920), de orientação historicista diltheyana, na Alemanha, e a Émile Durkheim (1858-1917), de orientação positivista, na França – mesmo guardadas as diferenças entre ambos. Durkheim, n’*As regras do método sociológico* (1901), manifesto cientificista e anti-filosófico, empreende esforço de definição dos “fatos sociais como coisas” objetivadas. Weber, no artigo *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais e políticas* (1904), defende a perspectiva da ciência social como conhecimento das relações de causalidade da realidade concreta por meio de pesquisas da repetição segundo leis (WEBER, 1999) (ARON, 1962).

A “história metódica”, de características pedagógicas e nacionalistas, afirmando a objetividade e a imparcialidade da história, dominou a produção historiográfica francesa entre 1880 e 1930.¹⁰ Ela controlava solidamente todos os lugares institucionais da história. Daí também a necessidade dos ataques à história por parte da sociologia durkheimiana na França. Além disso, com o declínio da Europa no mundo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a história metódica “sobrevivia sem sua base efetiva, falava de um mundo que já não existia mais”, o mundo da centralidade e da realização universal europeia (REIS, 2004: 51). A subida das ciências sociais conduz a uma rivalidade com a história metódica; em disputa, a hegemonia em termos de cargos universitários e a luta pelo direito de existência institucional da parte da sociologia. O debate entre sociólogos e historiadores seria decisivo para os rumos de ambas as disciplinas. Nesse debate, a narrativa – o rechaço da narrativa – ocuparia uma posição proeminente. A primeira e das mais duras críticas à escola metódica parte de François Simiand, sociólogo, que publica um artigo intitulado “Méthode historique et sciences sociales” na *Revue de Synthèse Historique*, em 1903. Simiand denuncia os três ídolos da tribo dos historiadores – o político, o cronológico e o individual – da “história historizante” (SILVA, 2010: 380).

Lucien Febvre e Marc Bloch, aproximando a história das ciências sociais, dariam continuidade às críticas de Simiand contra a “história historizante” em suas apologias e combates pela história. Febvre ridiculariza Seignobos, transformando-o em

¹⁰ O “programa” da escola metódica é sistematizado, em suas regras e procedimentos, no clássico de 1898, de Langlois e Seignobos, *Introdução aos estudos históricos*, amplamente inspirado no historicismo alemão. Nele se encontra a explicação do que seria a operação básica e mais fundamental dos historiadores, a “crítica das fontes”. Antes dela, porém, a primeira grande manifestação da escola metódica é a *Revue Historique*, fundada em 1876, por Gabriel Monod.

“caricatura de anti-historiador, que representa o que há de mais abominável no trabalho do historiador” (SILVA, 2010: 380).¹¹ Fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* institucionaliza as posições do grupo, sob influência das ciências sociais. Os *Annales* recusam o acontecimento, a história política, o tempo linear, a narrativa. As novas propostas são a interdisciplinaridade e o não-engajamento do pesquisador em questões públicas imediatas (REIS, 2004: 68). Os combates de Febvre eram, além da teoria, pela atualização da história a novos tempos e pela nova posição no concerto das ciências humanas e sociais, até mesmo – de forma ambígua – contra a expansão desmedida da sociologia. Em 1953, foram compilados textos de Febvre (resenhas, editoriais, notas de aula) sob o título *Combats pour l'Histoire*. Algumas teses muito caras à revolução secundária representada pelos *Annales* no conhecimento histórico são apresentadas por Febvre neste e em outros livros. Destaco duas delas, pertinentes ao tema deste artigo. Primeiro, no prefácio de sua obra mais conhecida, *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais* (1942), Febvre lança uma proposição que se tornaria um dogma dos historiadores: pedia que evitassem o pecado dos pecados, o irremissível pecado do anacronismo (FEBVRE, 2009: 12).¹² Com isso, apelava para que não se confundissem as épocas e seus estatutos de verdade específicos e o próprio livro é, em si, uma defesa dessa noção, que se cria fundamental para a credibilidade da história. Segundo, e o que é aqui mais relevante, a contraposição de uma relativamente inovadora “história-problema” à tradicional “história-narrativa”. Esse ponto de viragem é importante porque é retomado e reavaliado a partir dos anos 1970, quando se intensificam os debates sobre narrativa – entre ficção e verdade.

A história-problema nitidamente se opõe ao caráter narrativo da história dita tradicional. Essa narrativa tradicional procurava – na visão dos fundadores dos *Annales* – em uma linha de continuidade, organizar cronologicamente os acontecimentos

¹¹ Atualmente, o trabalho de alguns historiadores tenta reabilitar alguns pontos da escola metódica e destruir o “mito positivista”. É o caso de Antoine Prost (1996), que reavalia a contribuição da escola metódica após a decadência dos *Annales* e a interpolação recente de questionamentos epistemológicos. PROST, A. *Doze lições sobre a história*. São Paulo: Autêntica, 2008.

¹² Tratando da questão da verdade na narrativa histórica, Jacques Rancière (1940 –) questiona este dogma do anacronismo. Em defesa da liberação da racionalidade histórica, Rancière afirma que “o conceito de anacronismo é anti-histórico, pois oculta as condições mesmas de toda historicidade”. Ele chama a atenção, com isso, para as manifestações de linhas heterogêneas de temporalidade presentes em “um” mesmo tempo, o que deveria ser, em sua opinião, o ponto de partida da ciência histórica. RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 21-50.

singulares (colhidos das fontes), por meio de uma explicação progressiva e teleológica, de modo a dotá-los de racionalidade e sentido (em direção a uma finalidade, normalmente a realização de uma Ideia, do Estado, da nação ou da conexão entre o particular e o universal), sem necessariamente explicitar sua rede conceitual, de pressupostos e comprometimentos. Em síntese: quanto ao modo de explicação histórica, a “escola histórica” alemã e a “escola metódica” francesa concentravam-se em “narrar acontecimentos políticos, recolhidos dos documentos, em ordem cronológica irreversível, “tal e como se passaram”” (REIS, 2000: 74).

A oposição da história-problema à história-narrativa está exatamente na narração de fatos como reprodução da realidade. A proposta-antídoto é assumir as escolhas e a construção dos objetos de pesquisa e a consciência de que o pesquisador os interroga do presente, a partir de problemas que o seu presente coloca. Escolha, construção, interrogação, análise – este seria o procedimento da nova história-problema irmanada às ciências sociais. Ora, isso, como se observou em Droysen, não representa nenhuma novidade absoluta, o que leva o professor Estevão de Rezende Martins a qualificar a “revolução” dos *Annales* como secundária, afinal, nem os *Annales* nem nenhuma outra corrente teórica entendeu que se devesse abandonar o controle metódico de qualidade (MARTINS, 2008: 21). Nem tampouco a escola histórica alemã operava uma mera compilação ou reprodução de fontes, uma vez que o fundamento hermenêutico do método estabelecia o primado da interpretação. A novidade alegada consistia em levantar problemas de pesquisa e propor hipóteses explicativas: “sem problema, não há história, mas sim compilações, narrações... a história cientificamente conduzida realiza as duas operações que estão na base de todo trabalho científico: formular problemas e construir hipóteses” (FEBVRE, 1985: 43). François Furet (1982), historiador da Revolução Francesa, faz uma síntese do programa inicial da “nova história” de Bloch e Febvre, que para nós interessa mais de perto:

o que me parece caracterizar a evolução recente da historiografia é o recuo talvez definitivo dessa forma de história [-narrativa]. Parece-me que passamos, sem o sabermos ainda, de uma história-narrativa a uma história-problema, à custa de mutações que se podem resumir do seguinte modo: 1. O historiador renunciou à imensa indeterminação do objeto do seu saber: o tempo [...]; 2. Rompendo com a narrativa, o historiador rompe igualmente com o seu material tradicional: o acontecimento singular [...] (FURET, 1982: 84).

Justamente estas duas categorias – o acontecimento e a temporalidade – serão reivindicadas pelos historiadores e epistemólogos da história posteriormente, nos anos 1980, na “guinada crítica” da disciplina após o esgotamento da corrente metodológica dos *Annales*. Reivindicá-las torna-se parte fundamental da recuperação da identidade própria da disciplina após o divórcio das ciências sociais. Cabe perguntar se os ataques à chamada “história historizante” por Lucien Febvre não são uma espécie de anti-história. Se o historicismo se define por uma atitude espiritual diante da realidade que privilegia o aspecto histórico/mutável, de um lado, e a sua singularidade, de outro (MEINECKE, 1982), uma reação contra ele poderia ser uma reação contra a própria história (MATA, 2008: 54). Mais que isso, se a “história historizante” é algo intrinsecamente conservador com quem Febvre e Bloch, a sociologia nascente – como o estruturalismo no pós-guerra –, ao negar a singularidade do vivido e a mudança histórica, bem como ao desconsiderar o agir racional dos atores sociais, não seria, portanto, anti-histórica e por isso conservadora?

Um dos critérios que podem ajudar na compreensão de como se dá a passagem de um paradigma, de um modelo ou de uma escola histórica a outra é a maneira como se trata em cada uma delas a questão da temporalidade. O conhecimento histórico se apresenta no interior de uma determinada concepção de tempo histórico (HARTOG, 2003). Sob influência das ciências sociais, eminentemente durkheimiana, depois sob autoridade de Lévi-Strauss, os historiadores dos *Annales*, entre os anos 1930 e 1970, período de sua vigência hegemônica, alinharam-se a uma concepção de “tempo estruturante” – na expressão de um de seus fundadores, Lucien Febvre, “contra a história historizante” (FEBVRE, 1978: 107). Tal concepção de tempo tende a abolir a mudança temporal em favor de uma simultaneidade estrutural. O conhecimento das mudanças humanas passou a ser considerado efêmero, não-científico. Submetendo o mundo dos homens a uma lógica matemática (quantitativa), revela sua orientação conservadora: a necessidade de controlar o evento.

Os *Annales* das três gerações mostraram-se sensíveis e abertos à adesão de tal forma de perceber o tempo, comum à linguística, à sociologia, à antropologia, à demografia, à economia. Mas, em particular nos anos 1950, liderada por Fernand Braudel, toda uma geração trabalhou na repartição de uma história serial/quantitativa, a partir da construção do conceito de *longue durée*. Este conceito pode ser entendido como a tradução para a linguagem temporal da história da estrutura atemporal dos

sociólogos, linguistas e antropólogos. O conhecimento histórico não procura narrar o vivido, mas objetivar a vivência, distanciando-se dela: “a ciência social tem quase horror do evento, o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (BRAUDEL, 1992: 45).

Nada mais importante, para Braudel, que “a oposição viva, íntima, vivida repetidamente, entre o instante e o tempo lento a escoar-se, [...] o reverso da história ocorrencial (*événementielle*), de amplitude secular: a história de longa e, mesmo, longuíssima duração”. O guia para a realização dessa passagem à estrutura é, para Braudel, Lévi-Strauss: “[ele] se oferece como um excelente guia; vamos segui-lo” (BRAUDEL, 1992: 65). Das formulações estruturalistas decorre a descoberta de “uma significação que escapa ao sujeito reflexivo”; trata-se de contrapor à filosofia uma posição de “negação da liberdade” (CUNHA, 1991: 129). Na ciência da história, durante pleno vigor do estruturalismo, nos anos 1960/70, esse distanciamento do sujeito se manifesta, por exemplo, no interesse pelos métodos quantificadores e seriais dos historiadores dos *Annales* identificados com a longa duração, ou na antropologia histórica, dedicada à profundidade e ao inconsciente das relações simbólicas.

Na sua *História do Estruturalismo*, François Dosse define o traço essencial do estruturalismo como a “negação da historicidade”. O Ocidente rompe com a historicidade para favorecer um modo de vida imutável (os anos 1950 são a entrada na pós-modernidade e na pós-história). No bojo da crise da ideia de progresso, vai da relatividade inerente ao historicismo ao relativismo (cultural), e representa – o estruturalismo – uma saída do esquema evolucionista do século XIX, bem como uma destituição do sujeito e da própria história. Essa repressão da consciência histórica, sintoma da ausência de projetos para o futuro, privilegia a busca da imutável natureza humana em suas constantes (daí o apego à antropologia): estrutura, longa duração, mentalidades (DOSSE, 1993, vol. I: 391-394). Em 1971, a revista *Annales* publica um número intitulado “Histoire et Structure”, assinalando o casamento dos termos que, *a priori*, soam antinômicos, mas a antropologização da história pelos herdeiros e substitutos de Braudel representa algo como “o estruturalismo para historiadores”. Os anos 1970 são, por um lado, um momento de ebulição para a história com a conquista de um público numeroso através da mídia, por outro, a “história das mentalidades” é a última manifestação de vitalidade do paradigma estrutural. Em seguida, experimenta o declínio (DOSSE, 1993, vol. II: 260-264).

O “retorno” da narrativa

A partir da década de 70, a historiografia passa a dialogar com uma postura *pós-estruturalista*. A tentativa de definição do que vem a ser o pós-estruturalismo é discutida por Michael Peters: algo que “vem depois e que tenta ampliar o estruturalismo, colocando-o na direção certa” (PETERS, 2000: 43), possibilitando uma crítica interna. Ainda de acordo com M. Peters, o segundo eixo explicativo do pós-estruturalismo é a questão de uma “filosofia da diferença”, de matriz nietzscheo-heideggeriana, que seria desenvolvida por Foucault, Deleuze, Lyotard e Derrida. O solo do pós-estruturalismo seria o lugar onde o maio de 1968 francês imprimiu grande influência: na contracultura dos Estados Unidos. Lá, a *French Theory*, na esteira do legado subversivo do Maio francês, deitaria raízes. A partir da desconstrução de Derrida que se irá assimilar em um contorno textual o pensamento destes autores, remetendo-os a uma esfera de atuação própria dos signos linguísticos. A expressão *linguistic turn* ou “giro linguístico” foi conceituada e, popularizada por Richard Rorty, em 1966. A partir daí, a expressão ganhou popularidade: “Com a expressão “filosofia linguística”, estarei entendendo aqui uma visão de que os problemas filosóficos são problemas que poderiam ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos presentemente” (RORTY, 1997: 3).

Para a historiografia, o nome mais importante associado à *linguistic turn* é o do norte-americano Hayden White, que em sua obra sintetiza e desenvolve o debate em torno da credibilidade da pesquisa histórica e da escrita da história: “(...) ‘história’ é o tema desse aprendizado que só é acessível por meio da linguagem; nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela” (WHITE, 1991: p. 21). A *linguistic turn* na história é associada à pós-modernidade, uma forma de ceticismo em relação a qualquer certeza na história e que concede prioridade à linguagem, ou seja, sobrepõe à pesquisa histórica a escrita e a imaginação histórica. Hayden White vai mais longe e defende uma transposição das fronteiras entre história e literatura, na perspectiva da construção de uma poética na história, considerando que o registro do historiador não é essencialmente diferente do da ficção no plano da composição narrativa.

Sua obra mais importante, ou de reconhecida importância, é *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (1973), uma obra sobre a história da consciência histórica europeia no século XIX tanto quanto sobre a discussão do problema do conhecimento histórico: “pretende oferecer uma nova perspectiva ao debate em curso a respeito da natureza e função do conhecimento histórico” (WHITE, 1995: 21). White analisa as urdiduras de enredo na obra de historiadores oitocentistas, como Jules Michelet, Alexis de Tocqueville, Jacob Burckhardt e Leopold von Ranke e de filósofos da história, como George W. F. Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Benedetto Croce a fim de enquadrá-las tropologicamente (metafórica e imaginativamente) para alcançar, por fim, a estrutura verbal de cada uma delas. Quanto às críticas à escrita da história propriamente ditas, o autor as especifica mais detalhadamente nos ensaios *O fardo da história* (1966) e *O texto histórico como artefato literário* (1974) – ambos reunidos em *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (1978).

N’*O fardo da história*, diz White que a história é uma estrutura verbal em forma de discurso narrativo em prosa. Assim, ela teria desde o oitocentos esquivado-se das críticas de cientistas sociais e literatos sem respondê-las de fato, ressaltando, para uns, que nunca tinha aspirado ao *status* de ciência pura e, de outro, que se constituía uma *semiciência* condicionada pela natureza mesma da matéria histórica e não por escolhas artísticas (WHITE, 1994: 39). White afirma ser um grande desafio de seu tempo historicizar a própria disciplina e expor o seu caráter historicamente condicionado, a fim de dissolver a autonomia em relação às demais ciências, a fim de se beneficiar das *semelhanças* entre arte e ciência, mais que de suas diferenças (WHITE, 1994: 41).

Em *O texto histórico como artefato literário*, Hayden White será ainda mais direto na assertiva: as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes na ciência” (WHITE, 1994: 98). A crise na disciplina em sua visão era motivada pela perda de vista de suas origens na imaginação literária ao tentar *parecer* científica e objetiva. A verdade histórica, nesse sentido, seria algo inatingível ou apenas parcialmente alcançável, pois os historiadores empíricos em larga medida se utilizariam da imaginação retórica para organizar os acontecimentos e dotá-los de sentido coerente.

A importância de White reside no fato de ter escancarado uma grande celeuma em relação à finalidade própria da ciência da história, a questão da verdade, e instaura

uma clivagem entre modernos e pós-modernos, aludida já no início deste texto. Além dele, neste mesmo contexto histórico e intelectual entre os anos 1970 e os anos 1990, outros teóricos da literatura e da história se alinhariam no debate e defenderiam suas posições acerca da aporia.

A controversa ideia de “retorno” da narrativa apareceu com o historiador Lawrence Stone, no polêmico artigo *The revival of narrative* (STONE, 1991: 13-46), publicado originalmente em 1979. Stone afirmara que os três grandes paradigmas da história como ciência vigentes e dominantes entre o período de 1930 e 1970 – o modelo econômico marxista, a história serial francesa e a metodologia “cliométrica” americana – começaram a ser vistos com certa desconfiança. Os *Annales* teriam reprimido o viés narrativo da historiografia em nome de uma história estrutural quantitativa. Com a perda de confiança em um modelo determinista de explicação histórica, inclusive a política e o sujeito e a ação podem retomar uma posição privilegiada no discurso da história. Não seria mais suficiente ao historiador o rigor metodológico; era agradável que ele imprimisse um estilo a sua escrita. Uma vez admitida a importância da forma histórica, tão significativa quanto o conteúdo, tornava-se mister o reconhecimento de uma aproximação entre história e ficção.

O artigo de Stone provocaria reação em historiadores como Eric Hobsbawm (1998). Sua posição em defesa da história científica é importante porque nem sempre as críticas ao discurso histórico partiram de historiadores de fato. Para Hobsbawm, o “retorno” da narrativa não significa necessariamente uma recusa à tentativa de fornecer explicações coerentes sobre o passado. Se ela retorna, diz Hobsbawm, já é outra, diferente daquela que foi “expulsa” nas primeiras décadas do século XX, transformada pelas experiências históricas e no interior da disciplina neste ínterim.

Na França, a “guinada crítica” no final da década de 1980 corresponde uma virada sobretudo no ponto de vista epistemológico: tendo em vista o resgate de sua identidade própria, ela reabilita duas noções fundamentais, o acontecimento e a temporalidade – os regimes de historicidade, esquecidos durante a vigência dos *Annales* (SILVA, 2006: 170). A preocupação com a epistemologia faz a história se reaproximar da filosofia. Autores como Michel de Certeau (1925-1986), Jacques Rancière (1940 –) e Paul Ricoeur (1913-2005), responsáveis por uma reflexão filosófica e poética da história, tratam de questões como os modos de escrita da história, a narrativa e a subjetividade do historiador. São alternativas historiográficas diante do esgotamento da

corrente metodológica dos *Annales*. A gradual substituição do paradigma crítico estruturalista, dominante durante os anos 60/70 deu lugar a novas abordagens na prática historiográfica (SILVA, 2002: 41). A falência do antigo paradigma explicativo deixa um vazio aparente que toma ares de crise. Nessa perspectiva, ocorreram deslocamentos na prática e no discurso histórico, abandonando os grandes sistemas totalizantes e tendendo para novas correntes de pensamento, como o subjetivismo, o fenomenologismo e a hermenêutica. Subjacente às novas correntes está a revalorização do sujeito e da ação; dissipa-se a oposição binária entre indivíduo e sociedade, preferindo-se um pensamento que os relacione (SILVA, 2002: 67).

Além do acontecimento, da temporalidade, do sujeito, da ação e da narração, a filosofia, antes destituída de sua centralidade, volta-se à reflexão ética e a história busca um diálogo com ela. Um dos sintomas é a descoberta de Paul Ricoeur; um reconhecimento tardio, porém decisivo. O estruturalismo fora um implacável tenaz da hermenêutica, enquanto esta foi um duro interlocutor do estruturalismo, uma vez que pelo aspecto dialógico e de abertura, não se deixou fechar, por exemplo, pela semiótica, mas se aproveitou dela para seu enriquecimento.

As reflexões de Paul Ricoeur (1913-2005), por exemplo, obrigaram os historiadores a “reconhecer a pertença da história ao gênero da narração, entendido no sentido aristotélico de pôr em intriga as ações representadas” (CHARTIER, 2002: 130). Os historiadores dos *Annales*, que negaram a história dos acontecimentos por uma história estrutural, viram-se confrontados pelas análises de Ricoeur, em *Tempo e Narrativa*, que assevera que toda história, até a mais estrutural, está construída a partir de fórmulas que governam a produção de narrações. Nunca houvera, portanto, um abandono da narrativa que justificasse a ideia de seu “retorno”.

A hermenêutica de Paul Ricoeur, assinalando a tensão entre objetividade e subjetividade na história, corresponde a uma tentativa de se articular a explicação histórica à sua compreensão narrativa, compreendendo o acontecimento em sua trama textual. Ricoeur desenvolve vasta reflexão filosófica sobre a temporalidade histórica. O tempo histórico, para ele, seria um tempo intermediário entre o tempo cosmológico (de Aristóteles) e o tempo íntimo ou psicológico (de Santo Agostinho), e equivale à sua própria narrativa. O tempo histórico, portanto, é o tempo narrado pelos historiadores. E a narrativa constitui, então, mediação indispensável na escrita da história, capaz de articular as categorias de historicidade elaboradas por Koselleck (2006), os “espaços de

experiência” e os “horizontes de expectativa” (DOSSE, 2001). Para Reinhart Koselleck (1923-2006), conhecer um determinado contexto histórico é saber como, nele, se relacionaram as dimensões temporais do passado e do futuro. Na expressão de Dosse, “um diálogo sobre o passado aberto para o futuro, a ponto de se falar cada vez mais de futuro do passado” (DOSSE, 2004: 50).

O historicismo não é mais acossado como “pecado”: “assim como o sujeito não é o mesmo de antes, a historicidade coincide com uma crise de sentido da história definida como progresso” (DOSSE, 1993, vol.II: 407). A esse ressurgimento de certo historicismo acompanha a revalorização do evento/acontecimento. Dosse afirma que os estudiosos sentem “a tentação de voltar a vestir as velhas roupas da tradição” (DOSSE, 1993, vol. II: 418).

O paradigma narrativista de Jörn Rüsen ou Constituição narrativa do sentido histórico

Agora, liga-se a primeira parte – sobre o historicismo – deste artigo à teoria da história em sua configuração mais recente e mais significativa. A observação dos progressos deste campo na atualidade torna-se mais nítida por intermédio de um contraste relacional com a teoria da história produzida desde o século XIX, especialmente a *Historik* de Droysen. Para Rüsen, o historicismo constitui a matriz disciplinar da história enquanto ciência. O trabalho de Droysen inaugura um tipo de reflexão – o normativismo histórico – que definiu as balizas metódicas para que a história pudesse se definir como ciência. Não se trata, evidentemente, de uma ingênua transposição do século XIX e sua utopia de emancipação humana pela modernização para as condições históricas específicas dos séculos XX até hoje no início do XXI, quando se percebeu o potencial destrutivo no bojo da experiência modernizadora. Jörn Rüsen em seu trabalho teórico procura atualizar a ideia alemã de cultura (*Bildung*) levando em conta o trauma e a crise da consciência histórica alemã (e do Ocidente) decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Centrada na matriz disciplinar, sua teoria da história – na verdade, uma *metateoria*, que examina a pesquisa histórica e as teorias de que esta se utiliza para alcançar seus objetivos, não necessariamente como um meio para a finalidade empírica – objetiva reconstruir as condições de metodização e

racionalização do pensamento histórico em sua versão científica. Simplificadamente, é um saber reflexivo dos fundamentos do pensamento histórico normativo – um reforço do projeto kantiano de esclarecimento pelo esforço de fundamentação.

Como uma referência imprescindível da formação do pensamento histórico moderno, Rüsen renova essa tradição, incorporando e respondendo às críticas dos pós-estruturalistas e pós-modernos, de modo que não basta mais apenas a conservação da racionalidade dos métodos de pesquisa (heurística, crítica e hermenêutica) sem avançar na direção das técnicas narrativas se aras (retóricas e estéticas) na historiografia. Mas somente o procedimento metódico é capaz de preservar o risco do devaneio ficcional. Estes dois elementos, centrais na teoria da história, estão entre o enraizamento da ciência da história no mundo da vida e a sua função de orientação cultural que retorna à práxis como resposta às necessidades sempre cambiantes de orientação. Portanto, não se pode pensar seu conceito de narrativa ou “paradigma narrativista” isoladamente, sem remeter às outras etapas da matriz disciplinar. A forma de apresentação da historiografia é um de seus aspectos. Temporalidade e sentido são indissociáveis da compreensão narrativa: a narrativa é um esforço de apreensão temporal capaz de constituir sentido no mundo e na auto-interpretação do homem. Veremos como esses conceitos se articulam.

Rüsen ocupa um lugar proeminente na historiografia alemã, ao lado de seu mestre, Reinhart Koselleck, no amplo debate envolvendo a epistemologia da história e a questão filosófica da historicidade da razão contemporânea, que remonta a historiadores e filósofos da linhagem de Ranke e Dilthey. A Alemanha, segundo o professor Estevão de Rezende Martins, sedia “o maior movimento de sistematização teórica da ciência histórica do século XX”. O “chefe” desse movimento seria Reinhart Koselleck, historiador associado à história intelectual, à história dos conceitos e às reflexões sobre a temporalidade (MARTINS, 2007: 58).

Reinhart Koselleck lecionou nas universidades de Bochum, Heidelberg e Bielefeld, e ao longo de sua trajetória acadêmica, contribuiu de maneira significativa para estudos relacionados à teoria da história e principalmente para a vertente historiográfica denominada história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), da qual é fundador.

“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, conceitos seminais na obra teórica de Koselleck, são categorias formais, meta-históricas, de elevado grau de generalidade, que têm a função de estabelecer e delinear histórias possíveis (não as

histórias mesmas). Formam um par de conceitos complementares/indissociáveis (não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa), imanescentes à própria condição humana (como um dado antropológico prévio, sem o qual a história seria impossível) (KOSELLECK, 2006: 309).

O tempo histórico é, portanto, em Koselleck, resultante da tensão entre os modos desiguais de ser da experiência/expectativa. Não há relação estática entre as categorias. Eles constituem no presente uma diferença temporal, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual (KOSELLECK, 2006: 313). Na gênese da modernidade forjou-se um novo “horizonte de expectativa”, que terminou ganhando a forma do *conceito de progresso*. O progresso, voltado para uma transformação ativa neste mundo, e não no além, desvincula as expectativas para o futuro de tudo quanto as antigas experiências foram capazes de oferecer. Immanuel Kant, enquanto inventor da expressão “progresso”, procurava ordenar as objeções da experiência de forma a confirmar a expectativa de progresso; para isso esteve voltado todo o seu esforço como filósofo da história. Para Koselleck, o progresso, tal como formulado por Kant, é o primeiro conceito histórico que apreendeu a diferença temporal entre espaço e expectativa (KOSELLECK, 2006: 321-6). Paul Ricoeur ressalta a universalidade dessas categorias, afirmando que podem ser aplicadas a qualquer período (RICOEUR, 1995: 369).

A partir da “matriz disciplinar” da ciência histórica – termo de Thomas Kuhn (1922-1996), em *A estrutura das revoluções científicas* (2003), de 1962 – Rüsen propõe uma renovada, mas francamente inspirada no historicismo, compreensão dos fundamentos do conhecimento histórico. A matriz disciplinar ou o paradigma da ciência da história, no âmbito cultural, articulando procedimentos científicos com a vida prática, é uma inter-relação sistemática de cinco fatores: primeiro, os *interesses de conhecimento*, através dos quais as necessidades de orientação da sociedade se prolongam para dentro da disciplina científica; segundo, as *idéias*, perspectivas orientadoras da experiência sobre o passado, no presente histórico; terceiro, as *regras metódicas* da pesquisa empírica; quarto, as *formas* de apresentação do conhecimento histórico; quinto, as *funções* de orientação cultural do agir humano no contexto existencial do próprio historiador.

A diferença de Rüsen para com a *linguistic turn* e a crítica pós-moderna é que aí os procedimentos lingüísticos da representação histórica são tomados como o

determinante básico do pensamento histórico em detrimento das operações metódicas da pesquisa, “a qualidade estética da história [...] contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento” (RÜSEN, 2001: 150). Em última análise, sua *matriz disciplinar* defende que a ciência histórica tem por função cultural a “constituição de sentido” – orientação das intenções, motivações e planos do agir racional – sem dissociar o acontecimento de suas interpretações.

Essa constituição de sentido, que se realiza na narratividade, tem repercussão prática, como função cultural, de modo a animar a consciência histórica:

[...] o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a *compreensão do presente* e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a *recuperação do passado* [...]. As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como *necessidade de uma reflexão específica sobre o passado*. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de “história” [grifos meus] (RÜSEN, 2001: 30-1).

Convertido em história por representações narrativas portadoras de sentido, o passado prolonga-se pela continuidade na direção dos projetos de futuro diretores do agir e sofrer. A narrativa media passado e presente e realiza a consciência histórica. Ela é vista na teoria da história de Rüsen como prática cultural de interpretação do tempo, antropologicamente universal e, no âmbito da versão científica do pensamento histórico, é o lugar do argumento, “um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional” (RÜSEN, 2001: 157).

A propriedade narrativa de representar a continuidade constitutiva da identidade, a síntese entre experiência e expectativa do tempo, reabilita, inclusive, a história como lugar do utópico e de felicidade possível. O sentido das histórias narradas vai além da experiência e se liga a expectativas de futuro, conciliadoras do peso da experiência com a leveza da esperança (RÜSEN, 2011: 263).

Considerações finais

Procurando delinear os termos de um amplo debate que se desenvolve em ampla temporalidade, neste trabalho correu-se o risco, sempre constante, de empobrecê-lo e

reduzi-lo. No entanto, não se almejou uma “história” muito menos uma “crítica” do problema – isso nem seria possível neste espaço –, e sim a apresentação de alguns pontos de virada nos debates sobre a narrativa na moderna ciência da história, privilegiando seu ponto alto, a partir dos anos 1970, com o questionamento cético dos pós-modernos e a resposta em nome da ciência histórica produzida no ambiente da escola de Bielefeld, que tem como nomes proeminentes os filósofos e historiadores Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen.

Não obstante, outros autores, ligados a outras tendências da historiografia, foram deixados de lado. A micro-história italiana, por exemplo, utilizou-se dos debates acerca da narrativa e da “descrição densa” apropriada da antropologia para, em histórias de reduzida escala de observação, produzir sentido em si mesmas. Carlo Ginzburg responde brilhantemente o ceticismo pós-moderno em *Relações de Força*: história, retórica, prova. Sentindo-se desconfortável diante daqueles termos, o autor italiano procura desmontar a historiografia pós-moderna centrada na poética da história e conclui, analisando a *Retórica* aristotélica (quando a maioria se preocupava com a *Poética*), que não há, absolutamente, nenhuma incompatibilidade entre retórica e prova e que esta é, ao contrário, seu núcleo fundamental (GINZBURG, 2002: 63). Antes dele, Roland Barthes, em *O discurso da história* (1967), questionava se “essa narração [histórica] difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopeia, no romance, no drama?” (BARTHES, 2004: 164). Peter Gay, nos anos 1970, estudando *O estilo na história* (1974) seguiria um caminho peculiar ao relacionar arte e ciência na história, afirmando que “o estilo é a arte da ciência do historiador (GAY, 1990: 196). Dominick LaCapra, a princípio ao lado de Hayden White ao defender a ênfase nas estratégias retóricas e estéticas do discurso da história, segue caminho próprio ao refutar o “tropos” de White (LACAPRA, 1983). No Brasil, Luiz Costa Lima, da teoria literária, autor que trouxe para o Brasil a abordagem hermenêutica literária e a estética da recepção de Jauss e Iser, recentemente produziu uma obra monumental, *História. Ficção. Literatura* (2006), de porte comparável a *Tempo e Narrativa* (1983) de Paul Ricoeur.

O que aqui se estudou de forma mais modesta foi o delineamento de algumas questões. Primeiro, discutiu-se parte da dinâmica do historicismo como matriz da reflexão teórica alemã, mas de forma atenta aos perigos de uma simples transposição de um historicismo “puro” para os dias de hoje; em um segundo momento, como a escola

histórica e a escola metódica foram rechaçadas pela revolução secundária dos *Annales* a partir dos anos 1930, e com elas a narrativa foi descartada em nome de uma história-problema; em seguida, parte das querelas entre estruturalismo e pós-estruturalismo, *linguistic turn* e pós-modernismo, que vai desembocar em um ceticismo radical em relação à ciência da história; por fim, a resposta produzida pela história conceitual de Koselleck e a teoria da história de Rüsen em favor da história como ciência.

Assim, o objetivo foi contribuir, no fundo, com o pensar sobre o ofício do historiador. Ou melhor, sobre como esses teóricos e grandes mestres pensaram a questão. A história da história de forma teoricamente orientada parece ser um caminho seguro para investigação da história, do historiador e da consciência histórica que se produzem contemporaneamente. E a tradição hermenêutica da compreensão exerce papel fundamental, por exemplo, pelo conflito mesmo de interpretações, que possibilita a vivacidade da constante reescrita da história.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. **Dimensiones de la conciencia historica**. Madrid, Tecnos, 1962.
- ASSIS, A. “Apresentação de J.G. Droysen (1808-1884). In: MARTINS, E. R (Org). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 31-36.
- BARTHES, R. O discurso da história. In: **Idem. O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004a, p. 163-180.
- BENTIVOGLIO, J. “Apresentação”. In: GERVINUS, G. G. **Fundamentos de teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 7-22.
- _____. “Apresentação”. In: DROYSEN, J. G. **Manual de teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 7-26.
- _____. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica prussiana e a Historische Zeitschrift. *Revista de Teoria da História*. Ano 1, número 3: 20-58, jun., 2010.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectivas, 1992.
- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: **Idem (org.). A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 327-348.
- CALDAS, P. **A atualidade de Johan Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações**. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n.1, p. 95-111, 2006.
- CHARTIER, R. **A história à beira da falésia: entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

- CUNHA, T. C. Estruturalismo. In: **Dicionário do pensamento contemporâneo**. dir. Manuel Maria Carrilho; coord. João Sàágua. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- DROYSEN, J. G. **Manual de teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GAY, P. **O estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GERVINUS, G. G. **Fundamentos de teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GINZBURG, C. **Relações de Força. História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LE GOFF, Jacques. "História". In: **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- HOBBSBAWN, Eric. "A volta da narrativa". In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DOSSE, F. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- _____. **História e Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. **História do Estruturalismo (I): O campo do signo (1945-1966)**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993, p. 391-394.
- _____. **História do Estruturalismo (II): O canto do cisne (de 1967 até nossos dias)**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993, p. 260-264.
- CUSSET, F. **French Theory**. Paris: Éditions La Découverte, 2003.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa, Presença, 1985.
- _____. **O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- FURET, F. **A oficina da História**. Lisboa: Gadiva, 1982.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte, Ed. Autentica, 2000.
- HARTOG, F. **Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps**. Paris: Le Seuil, 2003.
- HOBBSBAWN, E. J. **Sobre História: ensaios**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOLANDA, S.B. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. In: **Livro dos prefácios**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 162-218.
- IGGERS, G. **The german concept of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present**. Londres: Wesleyan University Press, 1988.
- JAUSS, H.R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- KANT, I. **Começo conjectural da história humana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- LACAPRA, D. **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language**. Ithaca: Cornell UP, 1983.
- MALERBA, J (Org). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MARTINS, E. R (Org). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

- _____. A historiografia alemã do século XX. In: MALERBA, J. ROJAS, C. A (Orgs.). **A historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: Edusc, 2007, pp. 45-67.
- _____. **Historicismo**: tese, legado, fragilidade. *História Revista*, UFG, n. 7: 1-22, jan./dez. 2002.
- _____. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, V.L.; MATA, S. R.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F.F. **A Dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.
- MATA, S. “Apresentação de Leopold Von Ranke (1795-1886)”. In: MARTINS, E. R (Org). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 187-201.
- _____. **Ranke reloaded**. *História da Historiografia*, UFOP, v.4, n. 6: 247-251, mar. 2011.
- MEINECKE, F. **El historicismo y su genesis**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MOTA, C. G. (Org.). “História”. **Lucien Febvre**. São Paulo: Ática, 1978.
- NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- PROST, A. **Doze lições sobre a história**. São Paulo: Autêntica, 2008.
- RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 21-50.
- REIS, J. C. **A escola dos Annales**: inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RÜSEN, J. **Conscientização histórica frente à pós-modernidade**: a história na era da nova intransparência. *História: Questões e Debates*, UFPR, v. 10, n. 18/19, 1989, pp. 303-328.
- _____. **Como dar sentido ao passado**: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, mar., 2009, p. 163-209.
- _____. **Rethoric and aesthetics of history**: Leopold von Ranke. *History and Theory*, Vol. 29, No. 2 (May, 1990), pp.190-204
- _____. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília : UnB, 2001.
- _____. **Reconstrução do Passado** – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica. Brasília: Editora UnB, 2007.
- _____. **História viva** – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- ROIZ, D. S. **O ofício de historiador**: entre a 'ciência histórica' e a 'arte narrativa'. *História da historiografia*, v. 4, p. 255-278, 2010.
- RORTY, R. (org.) **The linguistic turn**: essays in philosophical method. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- SEVCENKO, N. **No princípio era o ritmo**: as origens xamânicas da narrativa. In: RIEDEL, D. C. (Org.) **Narrativa**: ficção & história. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1988, p. 120-136.
- SILVA, H. R. Charles Seignobos. In: MALERBA, J (Org). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 378-387.
- _____. A Renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”. In: MALERBA, J.; ROJAS, A. (Orgs.) **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 167-185.

SILVA, L.S.D. Teoria da história e história da historiografia na Alemanha hoje: comunicação intercultural e história global. In: ARAUJO, V.L.; MATA, S. R.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F.F. **A Dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, pp. 139-148.

_____. **Droysen e a fundamentação da teoria da história pela via de uma antropologia histórica**. História Revista (UFG), Goiânia, v. 7, n. 1, p. 54-67, 2002.

STONE, L. **O ressurgimento da narrativa**. Reflexões sobre uma Velha História. Revista de História, Unicamp, n. 2/3, 1991, p. 13-37.

WEBER, M. Col. **Grandes Cientistas Sociais**, n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

WEHLING, A. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho; Niterói, Ed. UFF, 1994.

_____. Notas sobre a questão hermenêutica em Sérgio Buarque de Holanda. In: EUGÊNIO, J.K.; MONTEIRO, P. M. (org.) **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas**. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 387-396.

WHITE, H. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Meta-História**. A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. **Teoria literária e escrita da história**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1991b, pp. 21-48.